

## Proposta de Orçamento chega hoje ao Congresso

No último dia do prazo constitucional, o projeto deve ser entregue, às 10h, ao presidente do Senado, José Sarney, pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo

O projeto da Lei Orçamentária para 2011 será o último preparado pela atual equipe de governo, contendo as estimativas de receitas e despesas, inclusive as do Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União. Será confirmado o cálculo provisório para o próximo salário mínimo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO),

recentemente sancionada, determinou que o projeto de Orçamento assegure recursos necessários ao atendimento da política de aumento real do salário mínimo a ser definida em articulação com as centrais sindicais. Pela primeira vez, as habituais negociações com as centrais foram formalmente previstas no texto da lei. **3**

### Sarney sugere 74 itens para esforço concentrado

O presidente do Senado, José Sarney, convocou todos os líderes partidários para reunião hoje, às 15h, em que será definida a pauta de votações da semana. O ponto de partida deverá ser uma lista de 74 itens sugerida por Sarney. Esta será a última semana de votações antes das eleições gerais de 3 de outubro. **2**



Proposta que inclui em calendário vacinas contra hepatite e pneumonia, entre outras, está pronta para votação

### Mais vacina para reduzir morte infantil

A redução da morbidade e da mortalidade infantil é o objetivo de projeto que amplia o número de vacinas oferecidas às crianças em todo o país. Já aprovada pela Câmara, a proposta está pronta

para ser votada pelo Plenário do Senado. O projeto inclui no calendário básico, entre outras, as vacinas contra hepatite A, meningocócica C conjugada, pneumocócica conjugada 7-valente e varicela. **2**

### especial Cidadania

### Movimento pela Lei da Ficha Limpa torna internet arma de fiscalização das eleições

A mobilização social que levou à aprovação, em maio, da Lei da Ficha Limpa estimulou também a criação de inúmeros endereços na internet. Por meio deles, o cidadão pode fiscalizar os candidatos e o processo eleitoral, chamando a atenção para irregularidades. Nesta edição do *Especial Cidadania*, conheça também alguns dos sites por meio dos quais é possível qualificar seu voto buscando informações sobre candidatos e partidos, além de locais de troca de notícias sobre irregularidades. **4**

### CCT analisa mudanças nas regras das campanhas eleitorais

Texto em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) muda regras de campanhas eleitorais

para exigir debates e prévias entre pré-candidatos e impor novas restrições para evitar a sujeira provocada pela propaganda. **3**

### Corregedor da Receita cancela depoimento à CCJ **2**

SEU VOTO FAZ O CONGRESSO NACIONAL

visite: [www.senado.gov.br/seuvotofazocongresso](http://www.senado.gov.br/seuvotofazocongresso)

Lista de 74 projetos enviada por Sarney aos líderes inclui prioridade a idosos na compra de moradia, mais proteção ao consumidor e exigência de assentos adequados para obesos

## Líderes definem hoje pauta do esforço concentrado

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, enviou ofício a todos os líderes partidários da Casa com uma convocação urgente para reunião hoje, às 15h, em seu gabinete, destinada a definir a pauta de votações para o esforço concentrado desta semana. Anexado ao ofício, Sarney incluiu uma sugestão de 74 itens para serem votados.

Na reunião, os líderes devem analisar a lista de proposições sugeridas por Sarney e definir a agenda de votações para as sessões deliberativas do Plenário hoje, amanhã e quinta-feira. Em entrevista por telefone à Agência Senado, o líder do governo na Casa, Romero Jucá

(PMDB-RR), disse que chegará hoje cedo a Brasília, com o propósito de definir, junto às outras lideranças partidárias, uma pauta de consenso para essas votações.

A lista enviada por Sarney abre com o PLC 89/06, que revoga dois decretos referentes à reabilitação, nas Forças Armadas, de pessoas com deficiências. Encaminhado pelo governo federal ao Congresso, o projeto se justifica pelo fato de os decretos, de 1945, estarem obsoletos, uma vez que invalidez e incapacitação nas Forças Armadas passaram a ser normatizadas pelo Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80).

Outro projeto da pauta altera a Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor. Entre as mudanças, a proposta (PLC 53/04) inclui o peso entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto.

A pauta traz também o PLC 156/08, que altera o Estatuto do Idoso para garantir prioridade a pessoas com mais de 60 anos na aquisição de imóveis em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. A lista inclui o PLC 184/08, que trata da criação de áreas específicas e assentos adequados para obesos e pessoas com deficiência.

## Plenário deve votar ampliação de vacinas oferecidas pelo SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá ampliar o número de vacinas oferecidas atualmente às crianças, caso seja aprovado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 5/09, que está pronto para ser votado pelo Senado. A proposta inclui no calendário de vacinação das crianças as vacinas contra hepatite A, meningocócica C conjugada, pneumocócica conjugada 7-valente, e contra a varicela (ou catapora).

De autoria do deputado Alexandre Silveira (PPS-MG), o projeto tem parecer favorável sem

emendas do senador Mão Santa (PSC-PI), relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o projeto, o SUS deverá oferecer os meios necessários para se executar a vacinação. Se a proposta virar lei, a obrigatoriedade deverá começar no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua publicação. Ou seja, se sancionada e publicada em 2010, a lei passa a ter efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Segundo o autor da matéria,



Genário Magalhães/Agência Senado

Mão Santa é relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais

essas vacinas são eficazes na redução da morbidade e mortalidade associadas a doenças como hepatite, meningite e pneumonia, entre outras.

## Senado divulga em Belém livros sobre a Amazônia

Em *Amazônia, patrimônio universal?* (R\$ 15), o ex-governador, ex-senador e ex-ministro Jarbas Passarinho analisa os boatos e as verdades sobre a internacionalização da Amazônia. Já *Amazônia ameaçada – da Amazônia de Pombal à sociedade sob ameaça* (R\$ 20), do economista Gilberto Paim, trata da luta para a preservação da Amazônia como território brasileiro. As duas obras podem ser adquiridas no estande do Senado na 14ª Feira Pan-Amazônica do Livro, que está sendo realizada até o próximo domingo em Belém.

Paim classifica como “fenômeno raro” o fato de a Amazônia ter sobrevivido tantos anos como parte do território do Brasil. Já Passarinho prevê que o conflito entre os desenvolvimentistas e os protecionistas não terá solução de consenso.

## Senado Inclusivo lamenta morte de Dorina Nowill

O programa Senado Inclusivo divulgou nota lamentando a morte da pedagoga Dorina de Gouvêa Nowill, aos 91 anos. Ela estava internada devido a uma infecção e sofreu um ataque cardíaco. A pedagoga, que perdeu a visão aos 17 anos, criou a Fundação Dorina Nowill para facilitar a inclusão dos cegos por meio da produção e distribuição de livros em braile.

A fundação participou em 2009 da 5ª Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, que teve como tema o bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do sistema de leitura para cegos.

## Corregedor cancela depoimento sobre vazamento de dados fiscais

O corregedor-geral da Receita Federal, Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho, alegou sigilo da investigação para cancelar seu depoimento marcado para hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o vazamento de dados do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, caso tratado como “prioridade institucional” pela Receita e pela Polícia Federal.

A partir das 10h, a comissão

ouvirá Demetrius Sampaio Felinto, ex-funcionário da Presidência da República que afirma possuir cópia de vídeos comprovando o encontro de Dilma Rousseff com a ex-secretária da Receita Lina Vieira. A candidata petista à Presidência, à época ministra da Casa Civil, nega que a reunião tenha ocorrido.

O autor dos requerimentos sugerindo os convites é o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Esforço concentrado

14h A sessão plenária é deliberativa. Na pauta, projeto que torna obrigatório o diploma de curso superior em Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista. Também autorizações de operações de crédito e indicações de autoridades.

### Presidência Tribunal Regional Eleitoral do DF

10h O presidente José Sarney recebe o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, João de Assis Mariosi. Às 11h30, recebe do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a Lei Orçamentária para 2011. Às 15h, participa de reunião de líderes e, às 16h, preside a sessão plenária.

### CCJ Encontro de Dilma com Lina Vieira

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve ouvir Demetrius Felinto, que afirma ter cópia de vídeo de suposto encontro da então ministra Dilma Rousseff com a então secretária da Receita Lina Vieira. Também depõem, às 11h, o ex-presidente da Previ Sérgio Rosa; e o ex-gerente de Planejamento da entidade Gerardo Xavier Santiago, sobre suposta “fábrica de dossiês”.

### CPC Magistrados discutem código

10h A comissão que examina o projeto de lei do novo Código de Processo Civil realiza audiência pública para ouvir os presidentes do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante Junior; da Associação dos Magistrados Brasileiros, Mozart Valadares Pires; e o desembargador Paulo Henrique Silva, entre outros.

### CAE Destinação de Dpvat

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que destina aos estados e municípios recursos do Dpvat, além de proposta que permite ao empregador deduzir em dobro, até 6% do lucro operacional, as despesas com salários de empregados entre 18 e 24 anos ou com mais de 50 anos.

### Mercosul Comissão do Parlasul

11h Reunião de integrantes da Comissão de Assuntos Internos, Segurança e Defesa do Parlamento do Mercosul (Parlasul) com diplomatas brasileiros para tratar de assuntos que tramitam na comissão.

### CMA Cadastro de obras inacabadas

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina quatro projetos em caráter terminativo, entre eles o que cria um cadastro geral de obras inacabadas e ainda o que obriga operadoras de telefonia fixa a divulgar a legislação de defesa do consumidor.

### CRE Serviço militar

14h Na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estão projetos que alteram regras do serviço militar obrigatório para profissionais da área de saúde.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Papaléo Paes • Paulo Paim

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

A proposta do Poder Executivo deverá trazer uma previsão de reajuste do salário mínimo, a ser negociado entre governo, centrais sindicais e parlamentares

# Paulo Bernardo entrega hoje Orçamento para 2011

O PROJETO DA Lei Orçamentária para 2011 deve chegar hoje ao Congresso, no último dia do prazo constitucional. A previsão é de que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entregue pessoalmente a proposta ao presidente do Senado, José Sarney, às 10h. O relator do Orçamento de 2011 será o senador Gim Argello (PTB-DF).

Essa será a última proposta orçamentária preparada pela atual equipe de governo, para que as ações e correspondentes despesas, no âmbito do Executivo, sejam executadas pelo sucessor do presidente Lula.

O projeto contém a estima-

tiva de receitas e a previsão de despesas para 2011, inclusive as do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público da União. Nenhum gasto pode ser efetuado por qualquer entidade ou órgão público sem que os recursos estejam aprovados na Lei Orçamentária Anual.

## Salário mínimo

Com o projeto, será confirmado o cálculo provisório que a atual equipe de governo fará para o próximo salário mínimo. Sancionada há 20 dias, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 definiu que o projeto do Orçamento deve assegurar re-

ursos necessários ao atendimento da política de aumento real do salário mínimo a ser definida em articulação com as centrais sindicais. Dessa forma, pela primeira vez, as habituais negociações com as centrais foram formalmente previstas no texto dessa lei, que orienta a elaboração da proposta orçamentária.

As negociações, no entanto, só devem ser concluídas ao longo da tramitação da proposta orçamentária – provavelmente depois do resultado das urnas, com participação direta de quem for eleito para a Presidência. Assim, por enquanto, deve ser adotado um cálculo



Gim Argello é o relator-geral do Orçamento do primeiro ano do sucessor de Lula

provisório, que permita uma projeção inicial das despesas com aposentadorias e benefícios previdenciários regulados pelo valor do salário mínimo.

Nos últimos anos, a política de aumentos vinha se baseando no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no ano do envio da LDO e somado à variação do crescimento do produto interno bruto (PIB) no ano anterior. Ocorre que, por essa regra, o reajuste de 2011 ficaria limitado ao INPC

de 2010, já que o PIB de 2009 foi negativo.

O relator da LDO, senador Tião Viana (PT-AC), chegou a propor que, diante disso, o PIB de 2008 fosse também considerado. Como a sugestão não foi aceita, a LDO aprovada em julho último registra apenas o compromisso de se aplicar um reajuste real ao mínimo. Com isso, o aumento ficará mais dependente, em 2011, das negociações entre o Poder Executivo, os parlamentares e as centrais sindicais.

## Comissão discute reforma da legislação eleitoral

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode votar amanhã projeto de lei do Senado (PLS 93/10) que muda regras para as campanhas eleitorais.

Apresentada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a matéria tem voto favorável do relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), e também será examinada, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto propõe, entre outras mudanças, a realização de prévias pelos partidos, com debates públicos entre os pré-candidatos, de acordo com as normas partidárias, para que os meios de comunicação, inclusive

a internet, possam transmiti-los. Outra mudança proposta é a permissão para que entidades esportivas que não recebem recursos públicos contribuam para candidatos e partidos.

Além disso, o projeto inclui a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, televisão, jornal, revista, internet e programas de propaganda. A mudança permitiria inclusive a exposição de plataformas, projetos políticos e crítica político-partidária, desde que não fossem pedidos votos e fosse observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento

isonômico.

O autor também manifesta preocupação com a sujeira provocada pela propaganda eleitoral. Ficariam proibidas as pinturas nas paredes dos imóveis e seria permitida apenas a fixação de faixas e cartazes não colantes com tamanho máximo de quatro metros quadrados. Para coibir o uso da máquina pública nas campanhas, os candidatos ficariam proibidos de comparecer, nos quatro meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas, lançamentos de pedra fundamental de obra pública ou atos de assinatura de ordem de serviço para a realização de obra pública.

## Denúncia de corrupção em Roraima vai ao procurador-geral da República

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou ontem que encaminhou ao procurador-geral da República duas pastas com documentos relativos a escândalo de corrupção na Secretaria Estadual da Saúde de Roraima, que já havia denunciado. Os documentos, de acordo com o senador, são resultado de investigação conduzida pela polícia civil e interrompida a mando do governador José de Anchieta Ju-



Mozarildo Cavalcanti

nior, que não teria tomado qualquer providência após a denúncia.

A Secretaria da Saúde de Roraima foi transformada em um instrumento de "fazer dinheiro para campanha, um lugar onde se pode roubar para ter dinheiro para outros fins", disse Mozarildo. Ele adiantou que também encaminhará a documentação ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

## Alvaro alerta para risco de escalada autoritária no país

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou ontem em Plenário preocupação com a possibilidade de uma escalada autoritária como a que se veria atualmente na Venezuela, e com o aumento da corrupção no país, caso a candidatura governista vença as eleições de outubro.

A preocupação, disse o senador, surgiu por conta de discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Pernambuco no último final de semana. Lula manifestou a intenção de criar, ao deixar o governo, um "organismo muito forte" para evitar o sofrimento que, segundo ele, teve com a oposição no Congresso Nacional.

– Que organismo é esse a ser organizado para evitar que o novo presidente sofra o que ele sofreu? Quando sua vocação autoritária resplandece no final do seu mandato? Quando se armou um estado policial que organiza uma atividade criminosa para alvejar seus adversários? Diante dos últimos acontecimentos perversos, há o prenúncio de eventual futuro ainda mais

difícil para o Brasil – advertiu o parlamentar.

## Dossiês

Alvaro referia-se às notícias de que não houve quebra do sigilo fiscal somente do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, mas de um total de cinco pessoas ligadas ao partido. A suposição, de acordo com o senador, é que tenha sido montada uma "central de dossiês" a partir do comitê de campanha da candidata do PT e ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff.

– Desde 2002, foram vários dossiês utilizados, dando margem ao surgimento dos conhecidos aloprados, que ficaram impunes, crimes praticados durante a campanha, em nome de um projeto vitorioso que prenuncia um futuro de crimes. Aqueles que praticam crime para chegar ao poder crimes praticarão para nele se manter. A sociedade brasileira precisa estar desperta – ponderou.

Alvaro se disse ainda preocupado em observar que setores da sociedade que deveriam



Alvaro cita discurso do presidente sobre "criação de organismo muito forte"

protestar contra atos que significam uma afronta aos direitos individuais garantidos constitucionalmente estão sendo vistos com indiferença.

O senador mencionou também comparações feitas pelo jornalista Reinaldo Azevedo, da revista *Veja*, que apontou incoerências do governo Lula ao investir em projetos assistencialistas como o Bolsa Família. Azevedo observou que, quando estava na oposição, Lula criticou o programa Bolsa Escola e outros implantados pelo governo Fernando Henrique Cardoso, taxando-os de assistencialistas. Posteriormente, esses programas foram absorvidos e reunidos no Bolsa Família.

## Papaléo alerta para abuso de poder político e econômico na campanha

Apesar da fiscalização e das recomendações dos tribunais eleitorais, muitos políticos "continuam infringindo acintosamente a Lei Eleitoral", observou ontem Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele pediu que a população se mantenha atenta e denuncie irregularidades e os crimes eleitorais.

– Estamos longe de garan-



Papaléo Paes

tir, por outro lado, que o formidável arsenal financeiro representado pelo orçamento público, na União, nos estados e no conjunto dos municípios, possa ser executado de modo isento e republicano – disse, assinalando que o uso de recursos públicos "pode inviabilizar o próprio processo de amadurecimento democrático".

## Paim pede a deputados que votem benefícios para o trabalhador

Paulo Paim (PT-RS) apelou à Câmara para que inclua na pauta vários projetos de sua autoria já aprovados no Senado.

Entre eles, o PL 3.299/09, que extingue o fator previdenciário no cálculo da aposentadoria dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); o PL 6.709/09, que dá estabilidade no emprego a mem-



Paulo Paim

bro do conselho fiscal de sindicatos; e o PL 5.732/09, que permite aos maiores de 60 anos sacar os recursos acumulados no PIS-Pasep.

Paim também pediu a aprovação do PL 6.768/10, que permite saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) após 35 anos de contribuição, mesmo que o trabalhador continue ativo.

Até 3 de outubro, os eleitores podem embasar seu voto, além de fazer denúncias de irregularidades, por meio de *sites* governamentais e privados

# Internet, nova arma do cidadão para fiscalizar as eleições

Uma novidade destas eleições é a mobilização social para fiscalizar os candidatos e o processo eleitoral. O catalisador para isso foi o movimento da sociedade civil que culminou com a aprovação, em maio, da Lei da Ficha Limpa, e agora tem continuidade prática por meio da internet. Conheça neste *Especial Cidadania* alguns dos canais de interação pelos quais se pode participar do controle social sobre as eleições.



## Site dá continuidade à campanha da ficha limpa

O cidadão dispõe hoje de um volume muito grande de informações para formar seu juízo sobre os candidatos e para avaliar os métodos que eles utilizam na busca de votos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publica no *site tse.gov.br*, a partir do link "Eleições 2010", as fichas de todos os 19.955 candidatos, com declaração de bens, certidões criminais e limites de gastos de campanha. Também está disponível a prestação de contas das doações recebidas de empresas e pessoas, que eles têm de apresentar periodicamente à Justiça Eleitoral.

Afora o banco de dados oficial, o cidadão já conta com instrumentos criados por organizações que se dedicam à transparência eleitoral. O *site fichalimpa.org.br* nasceu da mobilização social que congregou entidades como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e a Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci) e que levou à aprovação da Lei Complementar 135/10. A apelidada Lei da Ficha Limpa criou uma série de hipóteses de inelegibilidade, principalmente para candidatos com condenações judiciais, e já é considerada um divisor de águas na legislação eleitoral do país.

O *site* lista candidatos que cumprem os critérios da Lei da Ficha Limpa e se comprometem com a transparência em sua campanha eleitoral. Eles devem solicitar voluntariamente a inscrição. Até a semana passada, segundo a secretária-executiva da Abracci e responsável pelo *site*, Betina Sarue, havia 41 candidatos inscritos e cem tinham sido recusados por conta de pendências no cadastro.

Betina atribui o número ainda baixo de candidatos classificados como "ficha limpa" às exigências rígidas do *site* para prestação de contas de campanha, que têm de ser atualizadas a cada semana com todos os valores recebidos, informando CNPJ e CPF dos doadores, além do que foi gasto na campanha. Ela afirma que o fato de o candidato estar listado na página "não é uma credencial, não é um selo" de que se trata de um bom nome a ser escolhido, mas serve de referência para o eleitor, que pode saber quem financia a campanha e verificar se o candidato realmente não teve nenhum tipo de condenação que o enquadre na Lei da Ficha Limpa. Criado em 29 de julho, o *site* recebeu 170 mil visitas nas três primeiras semanas e 14 mil pedidos para o envio de notícias por *e-mail*.

## Onde trocar informações sobre irregularidades

O *site eleitor2010.com* é uma demonstração de como uma iniciativa de apenas duas pessoas, com o uso das novas tecnologias, pode repercutir na sociedade. Criado pela jornalista Paula Góes e pelo profissional de turismo Diego Casaes, a ferramenta permite o registro, por qualquer internauta, de relatos de irregularidades na campanha eleitoral. Sem vínculo com nenhuma organização, mas apoiado por entidades como o Movimento Voto Consciente e a Abracci, o *eleitor2010.com* já recebeu 15,8 mil visitas desde maio, quando entrou na rede.

Estão registrados no *site* mais de 200 relatos de todo o país. As reclamações mais comuns são de *spam* – o envio não autorizado de *e-mails* – com propaganda

de candidatos, mas há casos de compra de votos em troca de gasolina e até de remédios vencidos. É possível anexar fotos e vídeos relativos à denúncia.

Casaes explica que o *site* opera com a ajuda de 25 voluntários. Para ele, os novos canais de escuta da sociedade e de cobrança das autoridades que estão sendo testados nestas eleições devem ganhar um peso cada vez maior. O eleitor que não tinha como se manifestar agora tem todas as facilidades da rede.

– Essas ferramentas podem realmente influenciar na política do país. A gente quer sensibilizar as pessoas de que elas podem participar muito mais da política do que simplesmente votando a cada dois anos – afirma.

A plataforma Ushahidi, sobre a qual o *site* foi construído, é aberta. O *software* pode ser baixado livremente pela internet e tem servido para as mais diversas aplicações de mídia colaborativa, em que o conteúdo é constituído pelos próprios usuários. O Ushahidi começou a ser usado durante uma onda de violência no Quênia, por pessoas que precisavam reportar e ficar sabendo de incidentes que poderiam comprometer a segurança de suas comunidades. Também serviu para trocar informações sobre vítimas e organizar resgates nos terremotos do Haiti e do Chile. E em Moçambique, Índia e México já foi utilizado para monitoramento eleitoral, a exemplo do que agora é feito no Brasil.

## Como pensam os candidatos ao Senado

Os eleitores ganharam uma ferramenta para avaliar se suas ideias combinam com as dos candidatos a senador. O *site questaopublica.org.br*, lançado em coletiva de imprensa no Senado na quinta-feira, traz um questionário a ser preenchido pelos postulantes ao cargo e também pelo cidadão. Ao final, o sistema compara os dados e apresenta, em percentuais, o nível de coincidência entre as posições do candidato com a do eleitor. Entre as 35 perguntas, há temas polêmicos como aborto, pena de morte, voto obrigatório e adoção de crianças por casais homossexuais.

Todos os candidatos ao Senado – na sexta-feira a lista do TSE trazia 238 nomes considerados aptos – estão sendo convidados a participar pelo Instituto Ágo-



Gilberto de Palma, do Instituto Ágora, no lançamento do *questaopublica.org.br*

ra em Defesa do Eleitor e da Democracia, organização não governamental e apartidária que criou e administra o *site*.

– A gente optou pelo Poder Legislativo porque em geral a imprensa dá muito mais

destaque a eleições para o Executivo, e a população não tem muita informação sobre as eleições legislativas – diz o cientista político Gilberto de Palma, diretor institucional do Instituto Ágora.

## Ministério Público Eleitoral recebe denúncias do eleitor

O eleitor interessado em fazer denúncia formal de irregularidade nas campanhas deve procurar a procuradoria eleitoral de seu estado. No *site www.eleitoral.mpf.gov.br*, clicando no link "Como denunciar", o internauta é redirecionado para a página de cada regional. O sistema ainda não está unificado. Há páginas de procuradorias com espaços específicos para a formulação da denúncia. Quando não for esse o caso, é necessário enviar um *e-mail* para o

procurador regional eleitoral.

A recomendação do Ministério Público Eleitoral (MPE) é de que a denúncia traga o maior número de elementos comprobatórios possível: fotos, vídeos, documentos, recortes de jornal etc. O cidadão tem de fornecer nome completo e *e-mail* ou telefone, mas, segundo a assessoria do MPE, a identidade é preservada. Todas as denúncias são analisadas, e as consideradas consistentes geram providências por parte do Ministério Público.

### Saiba mais

**Para acessar o cadastro oficial dos candidatos:**  
[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

**Para verificar os candidatos que solicitaram e obtiveram sua classificação como "ficha limpa":**  
[www.fichalimpa.org.br](http://www.fichalimpa.org.br)

**Para conhecer a opinião sobre temas polêmicos de**



**candidatos ao Senado:**  
[www.questaopublica.org.br](http://www.questaopublica.org.br)

**Para trocar informações sobre irregularidades:**  
[www.eleitor2010.com](http://www.eleitor2010.com)

**Para apresentar denúncia formal ao Ministério Público Eleitoral:**  
[www.eleitoral.mpf.gov.br](http://www.eleitoral.mpf.gov.br)